

RESENHA DE TESE

E SEMPRE SOU EU O PAI E A MÃE

Ana Maria Brandão¹

FARIA, Alessandra. **E sempre sou eu o pai e a mãe...** A monoparentalidade feminina empobrecida, o gênero e a “autonomia vulnerável”. Tese de Mestrado. Braga, Portugal: Universidade do Minho, 2011.

Na dissertação de Mestrado em Sociologia, intitulada “E sempre sou eu o pai e a mãe...” A monoparentalidade feminina empobrecida, o gênero e a “autonomia vulnerável”, defendida na Universidade do Minho (Braga, Portugal), Alessandra Faria discute a questão da monoparentalidade segundo a perspectiva do gênero. Por meio das histórias de vida de oito mulheres residentes em comunidades empobrecidas na cidade de Ribeirão Preto, interior de São Paulo, a autora analisa um conjunto de fatores que, interseccionados, contribuem para a maior ou menor vulnerabilidade social dessas mulheres e de suas famílias. Ao mesmo tempo, revela que a monoparentalidade pode ser uma experiência de fortalecimento da autonomia feminina. Trata-se, contudo, de uma autonomia vulnerável diante do *habitus* de gênero incorporado, que dificulta o questionamento de desigualdades já que são percebidas pelas entrevistadas como “naturais”.

A autora desenvolve sua discussão ao longo de quatro capítulos. No primeiro capítulo, aborda algumas das questões de gênero e família

características da realidade brasileira desde o período colonial, reforçando a ideia da não existência de uma “mulher universal” ou de um modelo de família único, mas de mulheres e famílias diversas. Essa diversidade foi pouco retratada nos documentos históricos, que tendem a apresentar a mulher branca como modelo normativo do feminino e as famílias brancas como exemplos da família ideal. Diante desses modelos, as demais mulheres e famílias foram sendo percebidas como “desviantes” e, portanto, excluídas dos relatos históricos. Também neste capítulo, Alessandra Faria apresenta sua opção pela perspectiva de gênero na discussão da monoparentalidade feminina. O interesse sociológico por esse fenômeno aumentou conforme começou-se a observar seu crescimento, em especial no Ocidente. Abordagens mais quantitativas e pautadas pela perspectiva econômica tendiam a culpabilizar as mulheres chefes de famílias monoparentais pela situação de pobreza em que se encontravam. A introdução da perspectiva de gênero nessa discussão permitiu observar os diversos fatores inerentes à

1. Doutora em Sociologia. Instituto de Ciências Sociais. Universidade do Minho – Portugal.

monoparentalidade que geravam a situação de maior vulnerabilidade econômica dessas famílias comparativamente às famílias nucleares ou biparentais. Além disso, a perspectiva de gênero na interpretação desse fenômeno contribuiu para que essas famílias se aproximassem também do estatuto da normalidade, já que eram vistas como um desvio à norma estabelecida de que família “de verdade” tinha que ser constituída pela união permanente entre uma mulher e um homem.

No segundo capítulo, a autora amplia a discussão acerca dos fatores que modificam e tornam mais diversas as mulheres e as suas realidades. Dessa forma, destaca que a interseção do gênero com a raça e a classe social tende a vulnerabilizar mais fortemente as mulheres negras do que as mulheres brancas no Brasil. Para além da classe e da raça, insere também na análise o trabalho e a educação, verificando que as mulheres negras são igualmente colocadas no último patamar da hierarquia social, pois perdem para os homens negros, para as mulheres brancas e para os homens brancos. Além de serem mais empobrecidas, com menos acesso a melhores condições de trabalho e com baixos índices de educação escolar comparativamente às mulheres brancas. Do mesmo modo, a situação de monoparentalidade tende a ser menos penosa para mulheres brancas de classe média do que para mulheres empobrecidas negras e brancas. As primeiras tendem a terceirizar certos cuidados familiares às segundas, pagando pelos serviços prestados, mas as segundas, as brancas empobrecidas, têm que buscar outras fontes de apoio na sua organização familiar.

A autora se questiona sobre como, então, mulheres empobrecidas que chefiam

famílias monoparentais elaboram suas próprias experiências de vida, como compreendem e como expressam sua identidade de gênero ao reunir um conjunto de outras identidades, algumas ainda vistas como pertencentes a homens e mulheres de formas diferentes – ser chefe de família, ser trabalhadora, ser pai, ser mãe, ser cuidadora, ser mulher...? Como essas mulheres chegaram à situação da monoparentalidade? Como observam as questões de gênero na sua história, no seu cotidiano e na educação oferecida aos filhos e às filhas? Que impactos tem a monoparentalidade na sua vida social, econômica e familiar? Essas são algumas das indagações que a levaram à busca pelas histórias de vida de oito mulheres residentes na periferia de Ribeirão Preto e em situação de pobreza. O terceiro capítulo compreende, assim, a apresentação do percurso da investigação, as experiências vivenciadas na pesquisa de campo, a opção pela “história de vida” enquanto técnica de coleta dos dados e o perfil das entrevistadas, diversificado de acordo com a raça, a idade, a renda *per capita* média e a condição face ao trabalho.

No quarto capítulo, a autora discute os resultados da sua investigação. De início, observa que o recorte da idade traz um elemento a mais à discussão, já que também amplia a vulnerabilidade das entrevistadas: ao ficar mais velhas, as mulheres são expulsas do mercado de trabalho, e passam a ser dependentes de renda informal ou da renda dos filhos; ao ser mais jovens, tendem a ter filhos pequenos, o que pode dificultar sua permanência no trabalho formal. O gênero é visto pelas entrevistadas não como constructo social, mas como naturalmente determinado pelo sexo biológico e, nesse sentido, homens e mulheres são

vistos segundo as representações dominantes de masculinidade e feminilidade presentes nas suas comunidades. Neste sentido, para elas, os homens são naturalmente infiéis, egoístas, incapazes de expressar afeto, mais propensos aos vícios e fisicamente mais fortes; as mulheres são mais frágeis, “naturalmente” amorosas e fiéis, mais responsáveis, mais sentimentais e fisicamente mais fracas. Todavia, todas as histórias de vida coletadas revelam mulheres fortes, corajosas, líderes na sua casa e na sua comunidade, muito diferentes da fragilidade expressa como definidora do feminino. A situação de monoparentalidade chegou à vida dessas mulheres por diversas razões, mas a principal foi o fato de os companheiros deixaram de assumir o sustento da família. Ao atingir a capacidade de sustentar sozinhas a si e seus filhos, essas mulheres ousaram romper com sua vida conjugal (formal ou informal), alcançando um novo estatuto: o de mulheres livres. Dessa forma, a monoparentalidade surge como elemento emancipador e de conquista de autonomia pessoal, já que, ao comparar a vida matrimonial à vida monoparental, todas respondem que agora “podem”, que agora “escolhem”, que agora “fazem”, que agora “decidem” os rumos da sua vida e da sua família conforme suas vontades. Na busca por apoio, em especial no cuidado aos filhos, para que consigam exercer algum trabalho, recorrem aos aparelhos de atendimento público ou privado disponíveis em suas comunidades (creches, centros de educação em tempo integral, organizações não governamentais). Mas nem sempre encontram o atendimento necessário, já que há mais demanda do que oferta de vagas nesses aparelhos. Dessa forma, algumas mulheres conseguem construir uma rede de apoio informal

da qual participam familiares, vizinhos e amigos. Via de regra, as mulheres que são chefes de famílias monoparentais empobrecidas encontram nos filhos mais velhos sua principal fonte de apoio no cuidado dos filhos menores. Contudo, nem sempre os filhos mais velhos têm, de fato, idade para cuidar efetivamente dos irmãos menores. Se as redes de apoio formal ou informal falham, ou se há uma crise econômica e laboral que cria um cenário de desemprego, essas mulheres ficam sozinhas e são, ainda, culpabilizadas e penalizadas pela sua condição monoparental. Essa questão é clara quando algumas das entrevistadas relatam a vivência de situações como “a família me virou as costas”, “tive que me prostituir” ou “fiquei um ano trabalhando no lixão”. O pai de seus filhos contribui, em alguns casos, por meio da pensão alimentícia. Na maioria dos casos, esses homens não têm seu acesso negado aos filhos, mas também não buscam maior envolvimento ou participação na rotina deles. Em alguns casos, as entrevistadas até preferem manter distância dos ex-parceiros, que representam ainda uma fonte de controle, ameaça e opressão.

Assim, como a autora mostra, a autonomia conquistada na monoparentalidade pode ser vulnerabilizada pelos dispositivos incorporados na forma de um *habitus* de gênero que diz a essas mulheres que ser mulher é ser frágil, ser emotiva e sentir-se insegura na ausência de uma figura masculina que as proteja. Do mesmo modo, percebendo a maternidade e o dever do cuidado familiar enquanto tarefas eminentemente femininas, acabam por reproduzir os tradicionais papéis de gênero na relação e na educação com/dos filhos e filhas e negam-se a assumir relacionamentos

amorosos de maior estabilidade por receio de perderem sua liberdade, já que acreditam que mulheres e homens simplesmente são como são. Desse modo, se a monoparentalidade emancipa, a reprodução das tradicionais concepções de gênero, aliada à fraca rede de apoio formal (vagas em creches, escolas de tempo integral, organizações não governamentais) disponível em suas comunidades e ao desinteresse dos ex-parceiros pela educação dos filhos tendem a vulnerabilizar a autonomia conquistada com o rompimento conjugal e a assunção ao *status* de chefe de família. Ainda que suas famílias não sejam vistas como desviantes, essas mulheres ainda sentem sozinhas o peso de prover e cuidar da sua família com pouco ou nenhum apoio. Dessa forma, como é um modelo familiar em ascensão, a monoparentalidade, em especial feminina e empobrecida, necessita de maior atenção das políticas públicas de modo a garantir que sua autonomia seja fortalecida e não vulnerabilizada.

A leitura desta pesquisa pode ser uma interessante fonte de reflexão e oportunidade de observação de como a adoção da perspectiva do gênero pode tornar mais profunda e rica a investigação dos fenômenos sociais, já que traz diversos elementos que nos ajudam a ampliar o olhar sobre o tema.

Para contactar a autora da dissertação:
afaria.28@gmail.com

Ana Maria Brandão
Doutora em Sociologia
Instituto de Ciências Sociais
Universidade do Minho – Portugal